

A “ENGRAÇADA” LÍNGUA DE PRETO: RACIALIZAÇÃO DA LINGUAGEM DOS ESCRAVIZADOS NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1822/1889)

THE “FUNNY” LÍNGUA DE PRETO - RACIALIZATION OF THE LANGUAGE OF ENSLAVED PEOPLE IN THE PROVINCE OF RIO DE JANEIRO (1822/1889)

Carlos Eugênio Soares de Lemos¹

Resumo: Ao longo do século XIX, a racialização da linguagem dos escravizados, estereotipada como “língua de preto”, foi uma prática discursiva da classe senhorial e/ou das elites letradas fluminenses para inferiorizar os negros, relegando-os à ordem de uma impossibilidade civilizatória. Baseado numa abordagem historiográfica que concebe o escravizado como agente social, na história sociopolítica dos contatos linguísticos e na Análise dialógica do discurso, esse artigo problematiza a racialização da linguagem como uma prática discursiva da classe senhorial para desumanizar o negro escravizado e fazer valer o plano de unidade linguística que alimentava a ideologia de uma identidade nacional branca. Por fim, concluímos que diferente da previsão das elites letradas, a “língua de preto” enriqueceu a dinâmica das identidades culturais brasileiras.

Palavras-chave: Língua de preto; Racialização; Escravidão.

Abstract: Throughout the 19th century, the racialization of the language of enslaved people, stereotyped as “língua de preto,” was a discursive practice of the landlord class and/or the literate elites of Rio de Janeiro to demean black people, relegating them to the order of a civilizing impossibility. Based on a historiographical approach that conceives the enslaved person as a social agent, on the sociopolitical history of linguistic contacts, and on dialogic discourse analysis, this article problematizes the racialization of language as a discursive practice of the landlord class to dehumanize the enslaved black person and to assert the plan of linguistic unity that fed the ideology of a white national identity. Finally, we conclude that, diferente from the predictions of the literate elites, the “língua de preto” enriched the dynamics of Brazilian cultural identities.

Keywords: Língua de preto; Racialization; Slavery.

¹ Graduado em História pela UNIFLU, em Letras pela UNESA, Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) IFCS/UFRJ. Membro dos grupos de pesquisa: Motirõ Nhãdereko, (UFF/Campos dos Goytacazes); Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES/UFES/Vitória). Professor do Curso de Ciências Sociais/UFF. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/5526300868300372. Orcid: 0000-0002-7603-2979. E-mail: carlosegenio@id.uff.br.

INTRODUÇÃO

Na província do Rio de Janeiro, em dia de feriado religioso, cívico, aniversário monárquico ou num final de semana comum, o entretenimento popular ficava por conta de um circo, teatro e/ou algumas barracas que ofereciam iguarias, músicas, danças, números de mágica, encenações, malabarismos, etc. Era usual que, anunciados nos jornais, esses serviços de entretenimento prometessem uma série de atrações empolgantes que prenderiam a atenção do público e, claro, renderiam bons momentos de diversão. Em todos os eventos, dentre as atrações listadas, as cantorias e encenações na chamada língua de preto estavam presentes, como neste exemplo da Barraca do Bom Gosto, na capital do Império:

HOJE, 27 DE MAIO DE 1847, Em consequência do Imperio se achar iluminado e haver leilão abrir se há a barraca com novos e diferentes divertimentos, os quaes ainda não forão vistos n'este campo. PRIMEIRO SALÃO: Opera de bonecos, executada por novos actores, os quaes dançarão, cantarão e fallarão; cantoria em **língua de preto** (grifo meu) o dueto do alfaiate.² (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 27 mai. 1847, p. 04, nº 7510)

De modo genérico, segundo os estudos de Allan Kihm, a expressão língua de preto era o nome convencional da variedade básica do português falado pelos negros escravizados, levados para Portugal desde o século XVI, que estaria na raiz das línguas crioulas de base portuguesa da África Ocidental. Trata-se de uma representação de uma variante linguística que chegou ao conhecimento dos pesquisadores por via da literatura, onde as personagens negras africanas, que falavam a língua de preto, eram ridicularizadas pelos seus modos de falar/pronunciar de modo “quebrado”/“defeituoso” a língua portuguesa, parecendo bem cômica aos ouvidos dos falantes fluentes da variante padrão, como era o caso dos colonizadores. (KIHM, 2013)

Na sociedade fluminense do século XIX, a sobrevivência da expressão língua de preto, dentre outros usos, será utilizada de modo pejorativo como referência à variação do português falado pelos negros escravizados (africanos recém-sequestrados ou até mesmo os nascidos no Brasil). Na realidade, para os pretos novos (“boçais”), aqueles que ainda não dominavam a língua, a elite política/letrada criticava a mistura “embaraçada” do português com a língua africana deles; já no que dizia respeito aos nascidos e criados no Brasil ou aos que conseguiam fluência no português, ela censurava os vícios de pronúncia e a distância em relação à variante padrão da língua, de preferência a matriz do português de Portugal.

Convém destacar que na Corte do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, o português falado pelos negros do Caçange, por gozar de certa popularidade no mercado do tráfico,

² Para todas as citações dos documentos do século XIX, manterei a ortografia e a sintaxe que vigoravam na Língua Portuguesa da época.

foi utilizado pelos senhores para se referirem aos modos de fala dos escravizados em geral, “uma das razões de se denominar ao português mal falado ou mal escrito caçange” (SCHLICHTHORST, 2000, p.147) Muito embora, as apropriações dos pretos fossem diferentes de acordo com o seu grupo linguístico, “quando os brancos queriam satirizar os negros, utilizavam o padrão de fala dos caçanges para ridicularizá-los”(KARASCH, 1979, p.56). E, como veremos mais adiante, utilizavam também a expressão “língua de preto” para diminuir os seus opositores políticos e intelectuais em diferentes espaços de disputas retóricas.

Grosso modo, a perspectiva dos defensores de uma língua padrão, as variações do português falado pelos negros boçais eram representadas de modo pejorativo, sendo motivo de deboche, riso, graça e comicidade: “uma jocosa cena em língua de preto” (CORREIO MERCANTIL, 22 fev. 1851, p. 04), “o palhaço, vestido a caracter com sua viola, cantará em língua de preto algumas de suas modinhas” (CORREIO MERCANTIL, 25 ago. 1857, p. 04) , “a original scena cômica em língua de preto” (Gazeta de Notícias, 06 abr. 1879, p. 04) e “*buia ripae Suprisso eu pae Zuão*, na engraçada língua de preto”(DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 16 out.1850, s/nº) . As músicas, danças e encenações feitas em cima das falas “embaraçadas” dos pretos funcionavam como um atrativo a mais, como no exemplo das polcas de toques africanizados em que seriam apresentadas as cenas “jocosas” cujo o trecho da “língua de preto” era divulgado em um dos anúncios:

Quem qui qué anda ri poruca/ Precisa tem be rinhero/ Pra não passa veuconha/ Com fama rt caudio/ E quem não tive rinhero/ Vá cabá no fusilero/ Esse moda ri a poruca que disse/ Só no homem be cuplido/ Tu qui quere andar a poruca/ Tasso ahi tasso mundiro./ E quando não te rinhero/ Mossa dise esse é bregero(CORREIO MERCANTIL, 25 ago. 1857, p. 04).

Os negros, mesmo quando livres, na condição de “homens de cor”, continuavam a ser discriminados, suspeitos e tratados como sujeitos inferiores. Ainda que tivessem acesso à leitura, à escrita e dominassem a retórica, eles eram representados como um possível perigo –como nesta denúncia do redator do periódico *A Ortiga* sobre a dificuldade enfrentada pelos negros livres de terem a sua cidadania reconhecida e fazerem carreira das letras na burocracia do Estado imperial: “lá, onde a pelle vermelha, ou escura he considerada qualidade sempre inferior, o talento, a sublimidade do espírito é uma proclamação contra a ordem publica; he a anarquia em pessoa” (ORTIGA, 11 mar. 1840, p. 04).

Para além dos supostos vícios de pronúncia, barbarismos e inadequações sintáticas, a língua dos negros escravizados tinha um alcance que extrapolava o engraçado, o meramente cômico, deslizava num nível mais profundo, ganhando contornos disruptivos. Inferimos que, se por um lado, para a classe senhorial, a elite política letrada e letrados em geral, a língua de preto se encontrava inscrita na ordem de uma impossibilidade civilizatória – motivo de risos e zombarias; pelo outro,

quando os pretos passavam a ter certa fluência do português vulgar, os seus modos de fala traziam consigo o germe de uma ameaça para a ordem política social.

Ora, essa ameaça era percebida na medida em que a “sedução” de sua fonética, morfossintaxe e semântica poderia modificar a língua oficial, comprometendo os modos de falar e a visão de mundo das futuras elites dirigentes (crianças e jovens educados por escravizados) e homens de bem, assim como também afastava o brasileiro livre do ideal de unidade linguística, importante elemento na construção da ordem política/social e da identidade nacional. Assim, frente a essa possibilidade desestabilizadora da língua dos pretos e dos ladinos (ambos escravizados), são as representações senhoriais dos letrados que queremos colocar em questão neste trabalho cujo foco são as relações de poder/opressão no campo da linguagem.

Fruto de uma pesquisa levada a cabo a partir do Laboratório de História Regional e Conexões Atlânticas, (LACES/UFES), Grupo de Pesquisa em Memória e Cultura Motirõ Nhãderekoe (UFF/Campos dos Goytacazes), o nosso objetivo nesse artigo, é problematizar as representações da língua e dos modos de falar o português dos negros escravizados nos discursos da classe senhorial, grupos letrados e das autoridades em diferentes fontes históricas na província e corte do Rio de Janeiro. Procuramos avaliar em que medida essa caracterização da “língua de preto” concorria para a alimentar a ideia de uma suposta sub-humanidade dos escravizados e a percepção de que as diferenças culturais deveriam ser lidas como desigualdades naturais, desdobrando-se na estereotipagem da imagem do negro como uma impossibilidade civilizatória.

Os discursos foram rastreados em um conjunto de fontes textuais e iconográficas, como anúncios de fuga de escravos, relatórios policiais e do tribunal dos jurados, textos de periódicos (a maior parte), código de posturas, bibliografias de época, ilustrações e gravuras. Muito embora nem todos sejam diretamente citados, esses documentos, de diferentes gêneros textuais discursivos, resultantes de relações dialógicas e de assimetrias de poder, nos permitem inferir tanto sobre o efeito de sentido único produzido pelas ideologias dos enunciadores (os senhores) quanto pelas razões múltiplas que levavam os escravizados a agirem como agiram. Quer dizer, como se trata de uma perspectiva dialógica, a visão dos senhores proprietários fala tanto da sua visão sobre o outro quanto fala sobre si mesmo.

Baseados numa abordagem pautada pela teoria da colonialidade do poder, considerando o negro como sujeito histórico e auxiliados pela análise dialógica do discurso, problematizamos de que modo a racialização da linguagem e dos modos de fala da língua portuguesa dos negros escravizados circulavam pelos discursos dos senhores, dos letrados e das autoridades em geral, refletindo e refratando na materialidade do texto o que era vivenciado nas práticas sociais. Desse modo, consideramos que a racialização da linguagem buscava representar os pretos como seres

anômicos/sub-humanos, ao mesmo tempo em que essa estereotipagem mascarava a apreensão da sociedade escravocrata com o potencial desestabilizador da variação linguística dos escravizados para formação das futuras gerações das elites dirigentes.

Nesses termos, o presente artigo está dividido em tópicos. No primeiro, observo como o poder colonial se estruturou com base no discurso da suposta inferioridade racial dos negros. Em seguida, destaco a defesa do monolinguismo, da variante padrão e da eloquência como ideais das elites políticas e intelectuais para a manutenção do seu poder. No terceiro, com base na visão de colonialidade da linguagem, analiso as representações racialistas que essas elites produziram para tentar submeter a população negra e justificar a escravidão. Por fim, teço considerações sobre a força e permanência da colonialidade em situações de preconceito linguístico que se estendem à realidade do Brasil contemporâneo.

I - A COLONIALIDADE DO PODER E A ESTEREOTIPAGEM RACIAL

Em 1840, na província do Rio de Janeiro, circulou um livro de relativo sucesso entre os leitores e que era anunciado nos classificados dos principais jornais: *O Manual do Fazendeiro ou tratado doméstico das enfermidades dos negros*. De autoria de Jean Baptiste Alban Imbert, médico francês que se estabeleceu no Brasil desde 1831, tinha como propósito ajudar aqueles fazendeiros isolados no interior a lidarem com as enfermidades de seus escravizados, principalmente aqueles que não contavam com o auxílio imediato de um médico. O fazendeiro alfabetizado e/ou letrado que abrisse o seu livro na página dezenove da introdução se depararia com a seguinte passagem:

A organização do negro différé da do branco, não só pela cor, corno também por huma limitação em sua organização cerebral, que lhe não permite levar ao mesmo gráo a extensão das suas faculdades intellectuaes ; (fallamos aqui em these geral, porque não ignoramos que esta Lei tem excepções.) Com tudo a experiencia tendo hoje posto fóra de duvida que a intelligencia he em razão composta da massa do cerebro, em relação ao corpo, e tendo a observação demonstrado que o cráneo do negro, he mais apoucado que o do branco, he evidente, abstracção feita de todo o socorro da civilisação, que o primeiro poderá menos desenvolver a sua intelligencia moral, e que vivendo, por assim dizer, mais materialmente, o maior número das suas enfermidades deve pertencer á classe das phisicas (IMBERT, 1839, p. 19).

A tônica do senso comum de que a raça branca era superior à raça preta africana estava referendada/legitimada por falas de diferentes formações discursivas, a exemplo do discurso da frenologia. Essa pseudociência, levada a cabo por Franz Joseph Gall (1758-1828) e Johann Gaspar Spurzheim (1776-1832), pode ser definida “como um sistema de inferência das aptidões mentais e, até, das qualidades morais de cada indivíduo por via do estudo do tamanho e das formas exteriores do seu crânio” (BARBOSA, 2016, p. 230). Uma perspectiva que atendia bem ao esquema ideológico racista da boa sociedade de então.

Ao longo da história do mundo ocidental, antes mesmo do discurso das raças, as ideias das cores preto e branca estavam relacionadas a ideias morais e religiosas. No caso, o branco representando a bondade, a beleza, a pureza, e o preto associado ao mal, ao condenável, à culpa, entre outros (HOFBAUER, 2003, p. 70). A partir do século XVIII, ao ser apropriado pelos naturalistas, o termo raça passou a ser utilizado para classificar as diferentes espécies de animais e vegetais e, em função do processo da expansão colonial europeia, o conceito também foi utilizado pelos cientistas para produzirem assimetrias valorativas entre colonizadores e colonizados a partir de seus traços físicos. Como no exemplo da cor da pele:

Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. (MUNANGA, 2013, s/p)

O conceito de raça se revestiu de um sentido ideológico em que as diferenças fenotípicas/físicas entre os seres humanos descaíram para o não reconhecimento/negação de outro padrão de humanidade que não fosse o do branco europeu. Para Quijano (2005), o conceito de raça serviu para justificar as relações de dominação/exploração, foi a base ideológica da colonialidade do poder, a sustentação do estabelecimento de um poder mundial que, de modo intrincado, relacionou/relaciona capitalismo, padrão eurocêntrico de modernidade e colonialismo.

Na perspectiva do esquema epidérmico racial histórico (FANON, 2008), a racialização é sustentada em discursos (políticos, religiosos, científicos, etc..) e exercícios do poder que naturalizam a hierarquia entre os brancos e os negros, um esquema resultante da experiência de desigualdade social e não de uma verdade biológica. Nessa lógica artificial, de um lado, temos os colonizadores europeus (superiores- racionais-inteligentes- civilizados) e, do outro, os colonizados não-europeus (inferiores- irracionais- não inteligentes- bárbaros), reduzindo, assim, os negros à condição de se sentir um “objeto em meio a outros objetos” (FANON, 2008, p.103).

Segundo Hall, a produção de significados decorrente da estereotipagem é crucial para as relações de poder que acompanham os discursos das diferenças raciais. Desse modo, podemos entender o estereótipo como o conjunto de práticas representacionais que “reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza” (HALL, 2016, p. 190); ora, a estereotipagem floresce onde é grande a desigualdade de poder. Nesse caso, não se trata apenas de poder material ou de coerção física, mas de poder político e simbólico, poder de

nomear quem é o outro, de caracterizar a sua subjetividade, classificar o seu lugar e fixá-lo numa condição existencial, em suma, de submetê-lo, dominá-lo também pela prática da violência simbólica.

Assim sendo, num tempo de longa duração, essa dominação persistirá para além do período da colonização, deixando marcas profundas no futuro dos colonizadores e colonizados, trazendo as contradições até a atualidade. Em que pese o discurso de um mundo globalizado interdependente, a força com que essa colonialidade ainda opera na realidade deixa rastrear a hegemonia cultural do padrão “macho-adulto-branco”, os discursos sobre os perigos que representam os modos de vida das periferias, a maneira como estes são escrutinados/enquadrados a partir de uma lógica construída pela força controladora dos agentes do capital.

II- MONOLINGUISMO, VARIANTE PADRÃO DA LÍNGUA E ELOQUÊNCIA

Ao longo do século XIX, o Estado brasileiro, não diferente do que fez Portugal com as suas colônias no passado, tinha como um de seus objetivos o estabelecimento do português como língua única na construção do estado nacional brasileiro. Do Diretório dos Índios, em 1758, à criação de um currículo com destaque para a Gramática da Língua Nacional, da aniquilação física dos opositores à dominação simbólica das resistências, muitas foram as estratégias das autoridades constituídas para promoverem o monolinguismo frente à diversidade linguística.

De certo modo, em todos os campos, a partir de uma formação discursiva contratualista/jusnaturalista, circulavam discursos impregnados pela visão de que, sob o império das leis, a civilização era um lugar intelectual/moral a se chegar. Assim, ela funcionava como uma longa estrada na qual alguns povos evoluídos se encontravam adiantados (os europeus) e outros mais primitivos estavam atrasados (os africanos e indígenas) em relação ao ponto de chegada, haja visto que “a civilização caminha, e quem não caminha com ella há de ver-se postergado por quem se poz a andar muito depois, (...) isso está na lei da necessidade, na natureza das coisas”(A AURORA FLUMINENSE, 19 de jul. 1830, n. 363, p.04).

Na província do Rio de Janeiro, como em outras regiões do Império brasileiro, para certa parte da classe senhorial e segmentos letrados, a marcha civilizacional era dificultada pela existência do cancro da escravidão (NABUCO, 2003). Contudo, diante da possibilidade de colapso da economia cafeeira (e açucareira), pela ausência do trabalho dos cativos e da necessidade de indenização aos proprietários, esse era um mal menor com qual era preciso conviver até que, gradualmente, fosse encontrada uma solução para a questão da mão-de-obra. Essa situação será modificada nas últimas décadas do século XIX, quando a maioria dos fazendeiros vai estar “convencida de que a escravidão era uma causa perdida” (COSTA, 1999, p. 363).

Antes que a Abolição se tornasse uma realidade, para muitos proprietários (incluindo os mais pobres e remediados), a permanência da escravidão poderia ser justificada tanto pela questão da mão-de-obra (a falta de braços para a lavoura), do direito de propriedade garantido pela Constituição de 1824, quanto pelo discurso da conversão do africano ao cristianismo. Nessa perspectiva, a escravidão era apresentada como se fosse mais um bem do que um mal para os pretos, na medida em que, ao abandonarem as ditas práticas pagãs e serem iniciados na fé cristã, os escravizados encontrariam a sua salvação eterna:

E quantas almas por este meio não se salvão, já recebendo o baptismo logo que são comprados, ou depois de estarem instruídos nos principaes mysterios da fé : fazendo-os observar a religião que se lhes ensina , administrando-se-lhes os sacramentos e todos os saudáveis meios que ele , sempre humana, sempre sabia e sempre santa , lhes subministra para a sua salvação. (ANONIMO, 1838, p.06).

Para chegar a um bom termo na marcha para a civilização, cabia ao homem livre (principalmente o homem de cor) ser um amigo da ordem (ter respeito ao contrato social que o tirou do estado de natureza), da religião (submissão às leis de Deus) e da bem entendida liberdade (as garantias da liberdade de expressão contra os abusos da tirania e/ou os excessos da liberdade). Para tanto, a instrução cumpria um papel primordial de distinção, “porque o povo civilizado é aquele onde se encontra número menor de homens ignorantes e brutos, aquele em cuja totalidade se dá maior abundância de luzes” (AURORA FLUMINENSE, 07 out. 1835, n.1103). Assim, sem as primeiras letras, o domínio verbal, oral e escrito, da língua nacional, o cidadão-súdito teria mais dificuldade de acesso à palavra e à interpretação da Constituição, das leis em geral, da Bíblia e da Opinião Pública veiculada pelos periódicos:

He cousa sobre a qual não pode mover-se a mais leve disputa, que para um Povo qualquer o perfeito conhecimento de sua língua he o primeiro objecto a que devem dirigir-se as vistas daqueles a quem toca o cuidado de sua civilização, tanto particular como pública; sendo por isso mesmo que a perfeição com a qual entre hum Povo chega a ser fallada a língua, que lhe é propria, mais que tudo quando a esta dignamente compete a denominação de Idioma culto, foi havido sempre por um dos signaes mais característicos da civilização e polidez desse mesmo Povo(AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 11 jan. 1830, n.287).

Para ressaltar a distinção social, tão ou mais importante que o domínio verbal (escrito) da variante padrão da língua era o papel da eloquência e da retórica. Em seu famigerado livro *Lições elementares de eloquência nacional*, o professor de oratória do Liceu Nacional de Lisboa, Francisco Freire de Carvalho, ao oferecer os seus ensinamentos à juventude brasileira do Colégio Pedro II (MARTINS, 2003), definia a eloquência como “a facilidade de exprimir os pensamentos d’uma maneira vantajosa a produzir Convicção, Persuasão e Deleite” (CARVALHO, 1851, p. 03), uma habilidade de suma importância para diferentes instâncias de poder do estado, como bem argumentava Lopes Gama, padre e professor de retórica do Liceu de Pernambuco:

O dom da palavra, Senhores, he juntamente com o da razão o mais precioso, que nos concedeo o Creador, eu não conheço estudo mais digno, estudo mais nobre, estudo mais interessante, que o da eloquencia, e mormente em o nosso paiz, onde impera o Regimem Representativo, onde a briosa Mocidade Brasileira tem de predispor-se, e preparar-se para advogar na tribuna os interesses nacionaes, no Jury a honra, e vida de seus concidadãos, e no púlpito as santas, e augustas verdades da Religião de J. C. (GAMA, 1846, p. iv).

Numa sociedade analfabeta em que a confiança ainda se encontrava firmadas na tradição oral, o exercício do poder, a capacidade de influenciar o comportamento alheio, passava tanto pela palavra empenhada como exemplo de retidão (ser uma pessoa de palavra) quanto pela arte de falar usando o discurso persuasivo a seu próprio favor em diferentes espaços institucionais. E ao falar, todo cuidado era pouco para que, atentos à variante padrão, os modos de fala dos homens da boa sociedade política se afastassem dos modos de fala da língua de pretos:

É certo que o bem falar depende muito do estudo da rhetorica, assim como o bem discorrer do estudo da lógica, e que a verdadeira eloquência depende de ambos estes estudos; mas de pouco ou de nenhum efeito seriam estes si, em vez de exercidos por uma boa pronunciação, fossem praticados por uma pronuncia africana ou caboclafricanada.(MONITOR CAMPISTA, Campos dos Goytacazes/RJ, 18 dez. 1856, p. 03).

No debate público, um modo recorrente de ofender e humilhar um político ou um intelectual era comparar a sua fala e/ou escrita à língua de preto: “os cativos caramurus exprimem-se melhor em língua de preto do que no idioma vulgar” (A AURORA FLUMINENSE, 27 nov. 1833, nº 846), “qualquer saquarema é um sábio, (...) e como é que este fala língua de preto? (...)” (O NOTICIADOR, 24 set.1849, n.08,), “o *Clarim* e o *Filho da Terra*, mal ataviados, e escripto em língua de preto, vendem-se com tudo...”(A AURORA FLUMINENSE, 07 mar. 1832, n.602). Dos vários sujeitos responsabilizados pelos “barbarismos” da pronunciação que comprometeria o sucesso das futuras gerações de políticos – como a negligência dos próprios pais, professores, pedagogos e escolas particulares - a recriminação recaía primeiro sobre os pretos e crioulos. Dos escravizados, os mais responsabilizados eram aqueles que gozavam da intimidade da casa, isto é, as mulheres pretas, fossem elas crioulas ou africanas. E, dentre elas, a ama, a bá e a mãe preta eram as principais desestabilizadoras da pronunciação correta da língua portuguesa.

III- AS REPRESENTAÇÕES RACIALISTAS SOBRE A LINGUAGEM DOS NEGROS

A coexistência de línguas de todos os formatos, grandezas e condições foi uma realidade para muitos homens e mulheres que viviam nas principais vilas e cidades da província do Rio de Janeiro oitocentista, conforme o relato de alguns viajantes (C. SCHLICHTHORST, 2000; GRAHAM, 1956). Contudo, não se tratava de uma coexistência pacífica, pois a supremacia do português “custou sangue

de rebelados, custou suicídios, custou vidas” (RODRIGUES, 1983, p.37). Marcada por assimetrias nas relações de poder, essa experiência conflituosa não passou despercebida para o popular *Gazeta de Notícias* que, entre paralelismos e antíteses, publicou em sua primeira página uma classificação binária da língua e calcada na diferença:

Há línguas de todos os tamanhos, feitos e condições, como sejam: Língua viva e língua morta; (...) Língua de homem e língua de mulher; (...) Língua inteira e meia língua; (...) Língua boa e má língua; Língua de branco e língua de preto; Língua civilizada e língua bárbara; (...) Língua abençoada e língua maldita; (...) Língua rica e língua pobre; Língua que se sabe, língua que se ignora; (...) Língua verdadeira e língua mentirosa; Língua religiosa e língua ímpia.³ (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1879, Ano V, nº 41).

Na primeira coluna do paralelo, foram listadas as características de uma suposta língua dominante-potente: branca, masculina, cristã e civilizada. Na outra, uma suposta língua subalterna-débil: preta, feminina, ímpia e bárbara. A complexidade da experiência linguística resumida à representação/classificação de um esquema binário na primeira página de um jornal “barato, popular e liberal” (SODRÉ, 1966, p. 257) dá um pouco a dimensão da relação entre uma ordem civilizada e não civilizada no repertório de então. E, dentre os elementos apontados na segunda coluna, a língua do preto (principalmente da mulher preta) era de longe o alvo da maior zombaria porque “pobre, depravada, barbara, desconhecida, mentirosa, de borra”(GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 10 fev. 1879, Ano V, nº 41).

O *Periódico dos pobres (1849-1871)*, jornal que se definia como jocoso, não político e inofensivo, fazia frequentes referências à fala dos escravizados de modo pejorativo e/ou recriminador. O tema geral de seu interesse era a vida social na corte. Nesse sentido, a partir dos últimos acontecimentos de conhecimento público, o redator, assumindo uma enunciação plurilinguística⁴ (BAKHTIN, 2002), criava cartas fictícias trocadas entre compadres e comadres, diálogos estabelecidos entre duas primas, em glosa (poética), expressando a sua opinião em cena enunciativa que reproduzia uma conversa banal. Nessas tramas, as falas eram de pretos novos, bem estereotipadas diante da variante padrão, destacando um “suposto” primitivismo/selvageria em seus costumes, inteligência e moral:

Nosso no nossa téra/ Come gendi, e anda nú,/Nessa téra anda vestiro,/Come carne cú angú./Nosso preto é que é máo/ Púro que no nosso téra/Nossa vida é faze guéra,/Pra vendê nosso pracêro./ I aqui! Come fejáo/ Come cáne, anda contende,/ I bebe túro quartende,/ Cú nosso satisfação:/ Esse qui chama téra báo./ Gendi tá bê divritiro,/ Qui piriciça tê sindiro,/ Trata brango cú rucupêlo;/Túru, túru nosso preto/

³Destacamos do texto apenas algumas antíteses e sem seguir a ordem.

⁴Para Bakhtin, no que diz respeito ao romance, o plurilinguismo é a possibilidade de que, em sua enunciação, o autor tem de representar vozes sociais e outras linguagens que concorrem com a sua. No caso, podemos também estender essa estratégia para outros gêneros de discurso.

Nesse téra anda vestiro (PERIÓDICO DOS POBRES, 1 jun.1850, nº20, Rio de Janeiro).

Canibalismo, nudez, guerra, bebedeira, preguiça eram algumas das representações negativas que circulavam nas práticas discursivas de estereotipagem dos modos de fala dos escravizados, nos quais as supostas “desordens” da fonética e da sintaxe funcionavam como um elemento a mais na indicação da precariedade de suas vidas não civilizadas. Para certos letrados, essa apropriação da língua não era vista como uma dificuldade geral para qualquer falante que se deparasse com uma língua diferente da sua, mas, de acordo com a lógica da frenologia e da craniologia, era resultado de uma disfunção estrutural/biológica no corpo do homem preto:

Dissemos que a causa dos imensos vícios de pronúncia era a péssima linguagem dos escravos africanos cujo organismo não se presta facilmente às emissões da voz e articulação da palavra, e cuja fisiologia revela a falta de inteligência que a frenologia descobre na disposição exterior do seu crânio. (MONITOR CAMPISTA, 29 abr..1856, p. 03, n.49, ano XIX)

Como se vê, a passagem acima apenas confirma o que diversos estudiosos da racialização há muito vem afirmando sobre os discursos pseudocientíficos em defesa da diferenciação valorativa das ditas raças no século XIX: Essa tentativa de diminuir as culturas dos povos negros à condição físico-biológica, de apresentar uma versão fatalista e determinista das diferenças entre os seres humanos foi uma tática recorrente das representações racializadas, sempre apontando para a lógica de que se as diferenças entre brancos e negros eram “ naturais como acreditavam os proprietários de escravos -, estão além da história, são fixas e permanentes” (HALL, 2016, p. 171).

Na realidade, os africanos escravizados, falantes de uma língua diferente do português, sendo forçados a adquirirem uma nova língua, produziam variações nessa língua em diversos níveis. É fato também que a fluência dos escravizados adultos poderia aumentar com o tempo, na medida em que eles/elas interagiam (principalmente nas vilas e cidades) com os falantes da língua oficial, fosse na variante vulgar e/ou padrão – considerando que as crianças e jovens demonstravam mais facilidades na aquisição da nova língua. Contudo, é difícil precisar o impacto da língua de preto entre os crioulos (negros escravizados que falavam o português como língua primeira), os pretos africanos (com diferentes fluências), a população livre (maioria não alfabetizada) e os letrados. De qualquer modo, é possível que:

Os modelos da língua do grupo dominante tendem a suplantar os processos de transferência de estruturas das outras línguas e/ou de reestruturação original da gramática. O resultado, então, pode não ser a formação de um sistema linguístico muito distinto da Língua Alvo, mas uma nova variedade histórica dessa língua que não deixa de apresentar certas características decorrentes do processo de transmissão linguística irregular que ocorreu com a sua socialização/nativização entre os falantes das outras línguas e seus descendentes (BAXTER; LUCCHESI, 2009, p. 107).

Durante o longo período que durou o sistema escravista no Brasil (XVI-XIX), a fuga foi uma das estratégias recorrentes dos negros escravizados para resistirem à violência do cativo e seguirem adiante. Na província do Rio de Janeiro e na Corte, no século XIX, foram registradas dezenas de milhares de fugas de mulheres, homens, idosos, adultos, jovens e crianças. Ainda que não subestimemos a linguagem gestual e a da expressão/ olhar, imaginamos o quanto o domínio da língua vulgar não poderia fazer diferença nesse processo, principalmente para quem não dispusesse de uma rede de apoio. Entre os fugitivos havia os recém-chegados da África ou vindo de outras regiões do Império, havia os nascidos na própria província, sendo que alguns falavam a língua oficial com diferentes fluências, outros muito pouco ou nada entendiam do português.

Antes da Lei Euzébio de Queiros/1850, no gênero textual dos anúncios de fuga, no conteúdo temático, encontramos com mais frequência alusão aos modos de fala do escravizado em função do domínio ou não da língua portuguesa. Assim, “fala um tanto embaraçada, fala atrapalhada, ainda não fala língua de branco, pouco sabe falar, fala meio assombrado, boçal”⁵ eram algumas das expressões utilizadas para identificar os recém-chegados de África e/ou aqueles que, mesmo não sendo novatos, possuíam certa dificuldade para dominarem a língua vulgar. De qualquer modo, para os senhores, em todos os sentidos, era razoável que os escravizados aprendessem o idioma português, sendo uma das primeiras tarefas a serem executadas em sua chegada (SEIDLER, 1941, p.235).

Há o silêncio das fontes sobre a língua materna do escravizado, resumida a expressões como língua africana, língua de preto, língua bunda, etc., que serviam também para zombarias e deprecições dos letrados para com os seus desafetos. A partir do contato linguístico, submetidos a duras condições, os africanos recém-chegados fizeram as adaptações imediatas (como no caso dos Caçanges na Corte) para lidarem com o desafio de uma língua que muitos deles não entendiam. Dessa aquisição, resultaram consequências de impacto para a língua vulgar, haja visto que certas correntes linguísticas acreditam que:

A aquisição precária do português pelos escravos trazidos da África e pelos índios integrados na sociedade brasileira e a nativização desse modelo defectivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão linguística irregular que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares (LUCCHESI, 2009, p. 71).

Diferentes gerações de mulheres escravizadas, as mães pretas, cuidaram dos seus filhos, mas também dos filhos de seus senhores. Ao longo do tempo, a pronúncia da criada se espalhava entre

⁵ Expressões espalhadas por anúncios publicados em diferentes periódicos como Monitor Campista, Diário do Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias, Aurora Fluminense, etc.

vários segmentos da sociedade. Todavia, quando o letrado comparava a língua do preto com a língua vulgar, a representação dos modos de fala dos pretos africanos se dava em função do engraçado, do exagero, do estigma. O diálogo marcado, com ares de verdade, era uma estratégia recorrente em poesias, folhetins, anedotas e ilustrações. Na criação de um diálogo entre uma escravizada e o namorado enganado de sua sinhá, o redator do *Periódico dos pobres* apresenta registros bem diferenciados entre o que ele e seus leitores entendiam ser a língua de preto e o português vulgar-corrente:

Maria: Andô, nhonhô, vuçucê já sabe, nhâm-nhâm vai casá cú sinhô Chico?!

Namorado: Não! Quem é esse Sr. Chico?!

Maria: Esse húome macrinha que tê pregô púprico chama Sinhô Chico, qui tê báriba rim baixo ri quexo, mundo veze anda cú caváro preto bê siáro.

Namorado: Não me recordo quem seja- então decididamente ella quer casar com ele? E tu o que lhe tens dito a meu respeito? (*Periódico dos Pobres*, 03 jun.1850, ano XXII, nº135, Rio de Janeiro)

Mas o processo não se restringia aos pretos africanos que não dominavam a língua oficial. Em algumas fontes, a língua portuguesa vulgar falada pelos crioulos (nascidos no Brasil) e/ou dos africanos fluentes aparece como um registro diferenciado em relação à língua vulgar falada pelos livres. Mas essa representação não se sustenta, haja vista uma série de fontes sobre a inexistência dessa distinção, pois se tratava de uma sociedade não letrada, com poucas pessoas tendo acesso formal às primeiras letras. E estando os escravizados em todos os lugares a serviço das pessoas livres (e mesmo de outros escravizados) – como impedir as trocas e influências entre os grupos nos modos de fala? Ora, como já foi dito, as novas gerações (das crianças livres e escravizadas) passavam mais tempo sob os cuidados das escravizadas (amas, aias e mucamas) do que propriamente das pessoas livres:

Escravas são muitas vezes quem nos amamentão, que nos servem de aias em os nossos primeiros anos. E que lições, sobretudo que exemplos nos podem ellas dar? D’ahi que vem pela mór parte os barbarismos e solecismos da nossa linguagem; por que vivendo nós sempre com escravos e falando estes uma geringonça luso-africana, insensivelmente a abraçamos, enchemo-nos de mil erros de elocução e de pronúncia, erros de que não nos desapegamos, se não à custa de improbo trabalho. (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 19 jun.1843, nº21, Rio de Janeiro.)

Assim, na visão dos segmentos letrados, mesmo quando a língua materna do escravizado era a portuguesa ou ela era falada com fluência, o negro estava cheio de “erros” de pronúncia. Ademais, o problema maior não eram os vícios de pronúncia, barbarismos e solecismos– desde que as pronúncias dos subalternos fossem mantidas à distância – mas sim que os seus modos de fala impregnavam o conjunto da sociedade, desde alunos, professores, pedagogos até os familiares. Portanto, preocupante era ver as crianças e jovens, desde a mais tenra idade, falarem “errado” como falavam os escravizados, pois “si mandares educar vosso filho por um escravo, em vez de um escravo

tereis dois”.⁶ (MONITOR CAMPISTA, 15 abr. 1856, p. 03, n. 43, ano XIX)A visão era a de que a responsável por essa situação, a figura que se encontrava na base da desestruturação, era a preta escravizada. E, sendo mais específico, a ama de leite, a babá, isto é, a criada que gozava da intimidade da casa:

Antigamente, quando toda a Europa estava submergida nas trevas da ignorância, enquanto que uma pequena parte, a Grécia, sobressahia, nas ciências, e na civilização, já as Athenienses procuravam para aias de seus filhos, mulheres que tivessem tido uma educação apropriada. (...) Ora só nesse tempo (que se chama) de barbaridade já se levava a tanto apuro a pronunciação dos meninos; como é que nós hoje no século das luzes (apagadas) vamos buscar PRETAS AFRICANAS TÃO BRUTAS (!!!) PARA SEREM AMAS DE NOSSOS FILHOS, quando ellas mesmas não sabem dizer uma só palavra certa? (PERIÓDICO DOS POBRES, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1850, n.83).

A circulação desse discurso não estava restrita à Corte. Entre os anos de 1856/1858, o Monitor Campista, periódico conservador de Campos dos Goytacazes, cidade do interior da província, publicava diversas comunicações em defesa da gramática oficial, acreditando que a centralidade da variante padrão se encontrava ameaçada pela infiltração africana, pois “a língua única não é dada, mas, em essência, estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado” (BAKHTIN, 2002, p. 81). A força centrípeta do discurso destinado às famílias senhoriais apontava como graves erros as apropriações que os negros escravizados faziam da língua portuguesa. Portanto, propunha uma série de ações favoráveis à variante padrão, contra aquilo que eles entendiam ser os barbarismos de linguagem praticados pelos escravizados e, mais especificamente, pelas pretas:

Quem deve ensinar os filhos a falar são os pais, e principalmente as mães e as amas; mas os usos e costumes do paiz, ou antes o cancro da escravatura, tem feito com que as escravas e os escravos infiltrem a sua pronuncia africana em a inocente e flexível língua de nossos filhos, porque desde que nascem lhes são quase geralmente entregues. (MONITOR CAMPISTA, 15 abr. 1856, p. 03, n. 43, ano XIX.)

Estamos falando de uma sociedade que garantia o primado do mundo da casa, do poder privado do senhor, sendo difícil que o mundo do governo conseguisse ou mesmo se interessasse em proibir a circulação da palavra e dos modos de fala do escravizado em sua relação com os menores – ou mesmo com os adultos. Nisso residia uma das muitas contradições da escravidão: por mais que se buscasse uma justificativa ideológica para a presumida sub-humanidade do escravizado, não havia como explorar a sua força de trabalho no espaço doméstico e, ao mesmo tempo, manter-se indiferente ao multilinguismo e à interação cultural com as formas, sentidos e significados veiculados pela linguagem da mãe preta:

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira,

⁶ Fonte: Monitor Campista, 15 abr. 1856, p. 03, n. 43, ano XIX. Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (GONZALES, 1983, p. 235-236)

No espaço público, o ajuntamento de escravizados se tornou o alvo preferencial das autoridades provinciais e municipais para dificultarem a circulação da palavra de rebeldia, dos modos de fala, cantorias, batuques e capoeira dos pretos. Na maioria das vilas e cidades, os ajuntamentos eram considerados espaços/situações de incivilidade, da palavra perigosa, desordem, de vozerias, insultos, atos ilícitos, zombarias e indecências. Na cidade de Macaé, os artigos de nº 70 e 76 do Código de Posturas proibiam o toque de tambor na dança dos pretos, assim como qualquer perturbação do silêncio e do sossego público. Por sua vez, o artigo nº 42 do Código de Posturas de Campos dos Goytacazes previa que qualquer signo verbal (oral ou escrito), gesto, ações e desenhos que remetesse a situações obscenas, injuriosas e ofensivas eram passíveis de punição por multa ou açoites. E eram recorrentes as reclamações das “pessoas de bem”:

Roga-se à Autoridade competente, queira dar providências para que seja cumprida a Postura 42 da Camara Municipal, visto que já se não pode aturar as vozerias e obscenidades que praticão todos os dias as negras, negros, e moleques em as ruas desta Cidade, com particularidade a descomposturas de palavras indecentes que tanto ofendem a moral publica. (MONITOR MACAENSE, 19 jan. 1864, p. 03, n. 155, ano II.)

A representação da negra desbocada que fala alto era (e ainda é) um estereótipo recorrente, expressão do racismo estrutural em sua face ideológica, considerando-se que “o que nos é apresentado não é a realidade, mas uma representação do imaginário social acerca de pessoas negras” (ALMEIDA, 2018, p. 42). No entanto, ainda que muitos livres falassem alto palavras consideradas ofensivas à moralidade pública e fossem obrigados a assinarem termos de bem viver⁷, a fama de utilizarem palavras desonestas, indecentes e insultantes à moral pública recaía bem mais sobre os escravizados. E esses modos “desregrados” de fala estavam sempre associados à súcia, assuada, bebedeira, jogatinas e práticas obscenas. A preta ébria é outra ilustração que, volta e meia, emerge como motivo de piada ou enquadrada no tópico de alvos preferenciais da polícia:

Por outro lado, ao percorrer os periódicos e Códigos de Posturas, podemos inferir sobre situações em que as autoridades faziam vistas grossas às infrações cometidas pelos homens brancos, principalmente os jovens de “boa família”, como no exemplo abaixo em que um morador da vila de São Salvador, em 1831, reclama do tratamento diferenciado dado pelos “homens bons” a pretos e brancos em relação à ordem social:

E porque o Sr. Cidadão não tem rogado ao Sr. Juiz de Paz o extermínio de huns poucos de homens Brancos que na noite do dia 7 do corrente, com diversos e

⁷ Nos jornais que circulavam na província havia muitas informações sobre quem tinha sido preso e por qual razão.

desusados instrumentos andarão pelas ruas desta Villa incomodando os habitantes d'ella até alta noite, e o que he mais insultando, e soltando os mais grosseiros impropérios a diversos Cidadãos? Será porque ao Branco deve ser permitido tudo, só por ser Branco, e o contrário aos outros só por serem Pretos?(CORREIO CONSTITUCIONAL CAMPISTA, 22 jan.1831, p. 02, nº 7)

Como já foi dito, na imprensa, a “língua de preto” aparece como garantia de bons risos no teatro, no circo e nas barracas festivas: “o palhaço vestido a caracter com sua viola cantará em língua de preto algumas de suas modinhas” (CORREIO MERCANTIL, 25 ago. 1857, p. 04, nº 7.) – como nesse anúncio do Circo Olympico em Niterói. E havia também os supostos diálogos entre pretos falando em português:

Interessante conversação de dous pretos sobre a Casa de Correção. Segundo encontro.

Matheus: Ora guarde Deos vonçunçê sinhô pae Pedro, eu bem podia xiperá outro dia.

Pedro: Nosso Sinhô Jusú Christo guarde vonçunçê tão bem; nôtro dia quando cabu o nosso conversa foi para casa munto doente, chegou, logo, cahio ni cama, chamarão um riado de çurgião que parecia mêmo aquele Quibungú de ministrado que também é çurgião, bariga dele parecia sápo. (O GRITO NACIONAL, 21 de Out. 1848, n. 08, p.02/03).

Enfim, os defensores de uma língua comum fizeram uso da racialização da linguagem para submeterem a pluralidade linguística existente ao comando de uma variante padrão (europeia). Os modos de fala dos escravizados foram relacionados a imagens de não civilidade, indo da criminalização das palavras “indecentes” à comédia dos supostos desacertos fonéticos e morfossintáticos. Passaram também a circular discursos instrucionais sobre os erros de pronúncia para a vida política e o perigo moral/intelectual de as crianças serem educadas pelos pretos – principalmente se levado em consideração o determinismo biológico que concorria para a impossibilidade civilizatória do africano.

Entretanto, as variações, as diferentes linguagens em circulação, funcionavam como uma estratégia de sobrevivência, resistência e reconhecimento para parte dos negros escravizados. As forças centrípetas- políticas-culturais de homogeneização/unificação dos modos de fala e de escrita buscavam e buscam hierarquizar as variações linguísticas. Por um lado, atribuem à variante padrão um alto valor e, pelo outro, representam a variante popular como herança da língua de preto:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, *está* em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALES, 1983, p.238).

De qualquer modo, o domínio da língua portuguesa pelos escravizados guardava um potencial desestabilizador. Ao longo do século XIX, as facções políticas concorriam pela adesão dos negros livres ao seu ideário. Na onda das revoltas regenciais, circulou por diversas províncias, inclusive pela do Rio de Janeiro, boatos e supostos documentos que comprovariam um plano de retorno do domínio português, do absolutismo monárquico e da (re) escravização dos homens livres de cor. Diante da indignação geral, o deputado por São Paulo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, teria declarado com preocupação numa sessão do Congresso:

Eu não temo a escravatura; he massa inerte, incapaz de mover-se, porque não tem quem os capitaneê; mas si entre a gente de côr, que he entre nós muito illustrada e tem sido loucamente ofendida, apparecer algum Catilina, que se apresente para dirigir-lhes os braços, então ai de nós, ai da Bahia! (A ORTIGA, 05 set. 1839, p. 05, nº 05.)

Homem tenaz e ambicioso, Lúcio Sérgio Catilina, o senador a quem o deputado se referiu, fora um patrício romano que havia participado e liderado uma conspiração contra o cônsul Marco Túlio Cícero em 63 a.C., acabando por ser considerado pelas autoridades como um inimigo da pátria, perverso e depravado (SALÚSTIO, 1947). Como se vê, para parte da elite política brasileira, os homens de cor estavam prontos para a revolta, faltando apenas alguém que os liderasse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso da elite senhorial em defesa de uma ordem social escravista, que lhe parecia natural e que ela gostaria de ver reproduzida, encontrava na bandeira da unidade linguística um elemento ideológico fundamental para construção da ordem e da identidade nacional sob o parâmetro da branquitude. A racialização da linguagem dos escravizados (e do seu corpo) e o estigma de sua sub-humanidade são parte desse mesmo processo de discursos/práticas favoráveis ao embranquecimento da pretensa unidade da nação brasileira.

Nem sempre encontramos documentos que possibilitem problematizar a visão dos escravizados sobre os acontecimentos representados no processo histórico. No entanto, a partir das inferências dos discursos da classe senhorial e de outros correlatos podemos extrair alguns sentidos que circulavam. De todo modo, ao longo do tempo, o medo dos segmentos hegemônicos se tornou realidade: a língua portuguesa falada pelos negros era parte constitutiva de sua agência histórica, deixando marcas profundas em nossa vida cultural. Em outras palavras, de língua de preto virou "pretuguês", naquele sentido que não se resume a um inventário lexical, mas se expande na transmissão de valores da mãe preta, argumento tão bem defendido pela ativista e intelectual Lélia Gonzales.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- ANÔNIMO (NATURAL DOS CAMPOS DOS GOYTACAZES). **Memória sobre o comércio de escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico é para eles antes um bem do que um mal.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuv e Comp., 1838.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance.** Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARBOSA, Fernando. "Frenologia". In: **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade.** Lisboa: Edições Sílabo, 2016.
- BAXTER Alan; LUCCHESI, Dante. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER Alan; RIBEIRO Ilza (Org.). **O português afro-brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2009.
- CARVALHO, F. F. Lições elementares de eloquência nacional. Pará: Tipografia da Voz Paraense, de Baena & Irmão, 1851.
- COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. **Lições de eloquência nacional.** Rio de Janeiro: Paula Brito, 1846.
- GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio – Apicuri, 2016.
- HOFBAUER A. O conceito de "raça" e o ideário do "branqueamento" no século XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria Pesq.** 42-43, Florianópolis, 2003;63-110.
- IMBERT, J. B. A. **Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre a enfermidade dos negros generalizado às necessidades de todas as classes.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839. 2 v.
- KARASCH, M.C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: Cia das Letras, 1979.
- KIHM, Alain; ROUGÉ, Jean-Louis 2013. Língua de Preto, a variedade básica na raiz dos crioulos portugueses da África Ocidental: uma contribuição à teoria do pidgin/crioulo formação como aquisição de segunda língua. **Revista de línguas pidgin e crioulas.** 28.2: 203–298.
- LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER Alan; RIBEIRO Ilza (Org.). **O português afro-brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2009.
- MARTINS, E. V. **A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista.** Tese de doutorado. Estatuto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MUNANGA, Kabengele. 2013. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em 24/11/2023.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Sena do Federal, Conselho Editorial, 2003.

PALERMO, L. C. Disputas no campo da historiografia brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões**, Vitória, v. 39, jul. -dez. 2017, p. 324-347.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. SP: Cia das Letras, 2022.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial. IN: **Humanidades**: vol I, n. 4, julho/setembro de 1983.

SCHLICHTHORST, C. **O Rio de Janeiro como é (1824-1826) : uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2000.

SECRETO, M.V. Novas perspectivas na história da escravidão. **Tempo**, Niterói, v. 22 n. 41. p.442-450, set-dez, 2016.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

SODRÉ, N. W. A Imprensa Colonial. In: SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VERONELLI, Gabriella. **Sobre a colonialidade da linguagem**. *Revista X*, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.

FONTES:

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1843 a 1850. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Correio Mercantil, Rio de Janeiro, de 1851 a 1857. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: A Ortíga, Rio de Janeiro, 1839 a 1840. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, 1830 a 1835. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: O Noticiador, Rio de Janeiro, 1849. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Monitor Campista, Campos dos Goytacazes/RJ, 1856. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Periódico dos Pobres, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Monitor Macaense, Macaé/RJ, 1864. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: O Recopilador Campista, Campos dos Goytacazes/RJ, 1837. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Correio Constitucional Campista, Campos dos Goytacazes/RJ, 1831. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: O Grito Nacional, Rio de Janeiro, 1848. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> .